


APRESENTAÇÃO

TER E PODER: O DOMÍNIO TERRITORIAL RÉGIO DA PAISAGEM NATURAL IBERO-ATLÂNTICA (1250-1550)



André Filipe Oliveira da Silva

 CITCEM - U. Porto e CIDEHUS - U. Évora.

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0223-8314>

 E-mail: andre.f.oliveira.silva@gmail.com

Tiago Viúla de Faria

 Instituto de Estudos Medievais (IEM - NOVA FCSH)

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6832-7024>

 E-mail: tiagovf@fcs.unl.pt

O dossier inserido no presente número da Revista *Territórios & Fronteiras*, intitulado “Ter e poder: o domínio territorial régio da paisagem natural ibero-atlântica (1250-1550)”, foi motivado pela crescente consciencialização para a necessidade de integrar os elementos não-humanos – assim como a sua influência sobre as sociedades humanas – na investigação histórica.

No que concerne à história ambiental da Europa medieval, sobretudo na última década assistimos a várias propostas de leitura global, que representam avanços radicais para a nossa perceção destes processos de “longa duração”.¹ Tais propostas, ao passo que evidenciam a pujança e enorme atualidade desta ampla temática, revelam também que lidamos com uma área do saber que se encontra em franco processo construtivo: o conhecimento, em profundidade, do clima, dos solos (e subsolos), do mar, da atmosfera, das paisagens, enfim do “bioma medieval” no seu conjunto é um longo caminho a percorrer.

Em boa hora surgiu a possibilidade de participar neste debate através da *Territórios & Fronteiras*, avançando com o conjunto de reflexões que temos a satisfação de ver publicado neste dossier. Aqui, não é o território em si mesmo que constitui o objeto de reflexão, mas sim o que ele representa, na medida em que concita, por parte dos poderosos, uma ação manipuladora e “organizadora” da natureza, mas também sobre

¹ Desde logo, com as seguintes obras: John Aberth, *An Environmental History of the Middle Ages: The Crucible of Nature*, Routledge, 2012; Richard C. Hoffmann, *An Environmental History of Medieval Europe*, Cambridge University Press, 2014; e também Bruce M. S. Campbell, *The Great Transition: Climate, Disease and Society in the Late-Medieval World*, Cambridge University Press, 2016.

aqueles que se encarregam de executar essa ação. Interessa-nos, bem entendido, o ambiente enquanto variável dinâmica, passível de protagonizar o processo histórico, e como tal reconhecemos neste dossier o que esperamos ser um contributo no âmbito da história ambiental, em particular de incidência lusófona.²

Por outro lado, não podemos deixar de salientar que o binómio entre o carácter permanente do território e a presença continuada e transformadora do Homem acarreta consigo uma constatação: de que sem a confluência de diversos saberes, várias abordagens, diferentes formas de refletir, não é possível interpretar, ou sequer retratar, a complexidade do nosso objeto de estudo. Sem o contributo da antropologia, da geografia, da ecologia, da arqueologia, da climatologia, e mesmo da linguística ou da filosofia da ciência, aliadas às técnicas e metodologias da história, não seríamos capazes de obter uma interpretação efetivamente abrangente do meio natural pretérito na medida da sua interatividade com a esfera humana.

Assim, em anos mais recentes têm-se multiplicado propostas para entender com maior rigor o espaço “natural” antropizado dos períodos pré-industriais, incluindo aquele que nos ocupa. No que toca a projetos de pesquisa científica, e apenas a título de exemplo, sob o ponto de vista da aplicação da arqueologia ao espaço peninsular ibérico, pensemos em “Landscapes of (Re)Conquest: Dynamics of Multicultural Frontiers in Medieval South-West Europe”, ou em “Science, Society and Environmental Change in the First Millennium CE”.³ A par, assistimos ao emprego de novos meios tecnológicos para representar a intervenção do homem no território. Consideremos o protocolo GIS (*Geographical Information System* / SIG – Sistema de Informação Geográfica), que se encontra na base de ferramentas tão úteis para a reconstituição cartográfica como as plataformas *Mercator-e* ou *Viabundus*.⁴

As promessas oferecidas pela sistematização computacional de algoritmos revelam-se interessantes e evocativas, na tarefa de refletir a articulação humana com o espaço natural. Assim, hoje em dia é possível (re)criar digitalmente com fidedignidade características geomorfológicas, e outras, de solos e subsolos, incorporando igualmente o

² Veja-se, a este propósito: José Augusto Pádua, “As bases teóricas da história ambiental”, *Estudos Avançados* 24 (68: “Dossiê teorias socioambientais”, coord. Wagner Costa Ribeiro e Eleonora Trajano), 2010, 81-101 (<<https://www.scielo.br/j/ea/a/Q4JBvrMMzw6gBvWhsshKXN/?lang=pt>>); Paulo E. Guimarães e Inês Amorim, “A História Ambiental em Portugal: A emergência de um novo campo historiográfico”, *Áreas. Revista Internacional de Ciências Sociais* 35 (“Historia ambiental en Europa y América Latina: miradas cruzadas”, coord. Juan Diego Pérez Cebada e Adrián Gustavo Zarrilli), 2016, 47-58 (<<https://revistas.um.es/areas/article/view/279151>>). Todas as hiperligações citadas nesta e seguintes notas de rodapé foram validadas em 6 de Dezembro de 2023.

³ Respetivamente: <<https://research.reading.ac.uk/re-conquest/>>, da responsabilidade científica de Aleks Pluskowski; <<https://cordis.europa.eu/project/id/101044437>>, a cargo de Helen Foxhall Forbes.

⁴ <<http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/mercator-e/>>; <<https://www.landesgeschichte.uni-goettingen.de/handelsstrassen/index.php>>.

efeito de alguns fenômenos naturais, tais como a erosão. Algumas destas potencialidades começam a ser exploradas em aplicativos *open source*.⁵ Basta recorrer à atual tecnologia de inteligência artificial para perceber que, desde o ponto de vista da exatidão científica, a desejável convergência entre leitura, interpretação e representação das nossas fontes primárias sobre o passado da paisagem antropizada ainda está longe de cumprir a premissa de “rigor histórico”; mas que é possível obter resultados conjecturais aliciantes – e auspiciosos – mesmo fornecendo informação relativamente limitada.



Figura 1 – “Medieval Farmstead in a South-American Rainforest”

Proposta de visualização gerada por AI a partir do *prompt* citado. Fonte: <<https://perchance.org/ai-landscape-generator>> (6 de Dezembro de 2023)

Fica claro que a interdisciplinaridade, enquanto ferramenta metodológica, tem facultado e deverá continuar a facultar novas formas de configurar o estudo da história ambiental e o domínio, mais lato, dos estudos do ambiente. Como tal, julgamos pertinente facilitar e promover o mais possível a interação entre pesquisadores e as várias áreas do saber neste mesmo contexto. A rede NEMUS (“Network for the Environment in Medieval Usages and Societies”) foi criada em 2022 com esse objetivo e o intuito de suplementar outras plataformas existentes – circunscritas à História – como sejam Report(h)a e ENFORMA. Por seu turno, a NEMUS socorre-se de três meios de intervenção complementares. Por um lado, serve como base de dados, pesquisável, de investigadores sedeados em qualquer parte do mundo e de seus temas de atuação em todos os domínios

⁵ Como demonstrado pesquisando por “terrain generator” em plataformas agregadoras de projectos em acesso aberto, tais como <www.libhunt.com>.

do conhecimento, desde as Ciências Sociais às Naturais.⁶ Em segundo lugar, providencia alojamento, curadoria e divulgação digital para projetos de pesquisa em estudos medievais ambientais – exemplo disso, o projeto exploratório “Formulando o relacionamento entre humanos e outras espécies no Portugal medievo”.⁷ Finalmente, a NEMUS almeja promover, periodicamente, iniciativas científicas de marcado pendor multidisciplinar, tendo-se assinalado um ponto de partida nesse sentido na realização, sob a sua égide, de uma sessão temática na mais recente edição do International Medieval Congress, na Universidade de Leeds, Reino Unido.⁸

No presente dossier, a análise de processos de construção do poder régio (ou de outro grande senhor) sobre um determinado território oferece-nos uma oportunidade de introduzirmos elementos ambientais num domínio de estudo onde raramente são tidos em conta. A já referida ação “organizadora”, extrativa mas também negociada (simbolicamente, com a natureza; literalmente, com as populações), revela-se em todas as suas dimensões: a exploração de recursos naturais, a identificação do poder com a terra, a dualidade do senhor rei enquanto soberano de todo o reino e proprietário de parte desse domínio, a definição de um corpo de oficiais régios dedicado à manutenção de recursos florestais, cinegéticos, minerais, piscícolas, entre muitos outros, mas também do acesso e/ou distribuição desses mesmos recursos, o uso desses recursos como arma ou elemento de negociação com populações e senhores, entre muitas outras.

O cariz exploratório deste dossier reflete a incipiência do tema. Procura-se que seja uma motivação para a multiplicação de estudos futuros dedicados a temáticas análogas, não só sobre a Europa e o Mediterrâneo da Baixa Idade Média, mas também sobre os territórios americanos que começam a ser ocupados e colonizados por europeus – sobretudo ibéricos – a partir dos primeiros anos do século XVI. Perceber de que forma um conjunto de instituições que evoluíram de forma orgânica ao longo de séculos na Europa Latina são transportadas e “plantadas” nos territórios que agentes europeus procuravam então reclamar e ocupar como seus na outra margem do Atlântico é particularmente

⁶ Todavia ainda embrionária, a base de dados pode ser consultada em <<https://nemus.fcsh.unl.pt/member>>. Os pesquisadores podem propor-se individualmente para inscrição.

⁷ Tiago Viúla de Faria, “Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zooantropologia histórica: Primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO / Towards a Multidisciplinary and Interdisciplinary approach to Historical Zooanthropology: Opening considerations from the FALCO Project”, *Medievalista* 34, 2023 (< <http://journals.openedition.org/medievalista/7061>>). O projecto obteve financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (F CT EXPL/HAR-HIS/1135/2021).

⁸ Tratou-se da sessão 1141 (5 de Julho de 2023), intitulada “Crossing the Branches in Environmental Medieval Studies: Living alongside Beasts in Medieval Portugal”. Contou com intervenções a partir dos Estudos Literários e da História Medievais, designadamente “Man and Wolf in Late Medieval Southern Portugal”, por André Filipe Oliveira da Silva, e “The Fox and the Wolf: Literary Representations in Medieval Portugal”, por Fábio Gonçalves.

interessante. Não só o contexto humano seria profundamente distinto, como um território vasto, diverso e inegavelmente diferente da Península Ibérica. Como se legislou sobre a exploração de recursos animais, vegetais e minerais? Como foi negociado o exercício da autoridade pública sobre um território onde o grande senhor estava sempre fisicamente ausente, e onde uma população com raízes milenares, profundamente estabelecida e com um conhecimento inigualável desse mesmo território que portugueses e espanhóis consideravam seu, a partir de então?

É com perguntas e provocações – como a fantasiosa imagem de uma quinta medieval em contexto tropical sul-americano, gerada a partir de inteligência artificial, que incluímos nesta apresentação –, mais do que como *assunto encerrado*, que queremos apresentar este dossier, desafiando todos quantos possam enriquecê-lo, contestá-lo, desdobrá-lo, enfim, produzir conhecimento histórico que incida não só sobre o Homem, mas também sobre o meio que o rodeava e – de forma decisiva – sobre a relação entre ambos. Não procurámos um plano teórico alargado para enquadrar os trabalhos apresentados. Cremos que, nesta fase, é necessário colecionar trabalhos de análise circunscrita antes de ser possível produzir sínteses verdadeiramente informadas.

São quatro os contributos que dão forma a este dossier temático. Focando-se no poder exercido pelos monarcas ibéricos sobre territórios diversos – sobretudo Portugal, mas também quanto à ação de Aragão sobre a Sicília em plenas Vésperas Sicilianas, somos conduzidos através de dois séculos e meio, de meados da centúria de Duzentos até finais de Quatrocentos.

O primeiro artigo, da autoria de um dos coordenadores deste dossier, André Filipe Oliveira da Silva, intitulado “Propriedade régia e instabilidade climática: estratégias e soluções de gestão rural no Noroeste português nas vésperas da Peste Negra”, explora a dualidade entre o rei-soberano e o rei-proprietário, demonstrando uma notável resiliência por parte das populações, através da amostra representativa que constitui o conjunto dos arrendatários de bens régios, mas também uma flexibilidade inesperada por parte dos oficiais régios responsáveis pela gestão e coleta de rendas, direitos e tributos, base fundamental da sustentabilidade da Coroa portuguesa no século XIV. Focando-se num século de grandes alterações climáticas e numa fonte invulgarmente informativa – as Inquirições de 1343, ordenadas pelo rei D. Afonso IV – diversos testemunhos de desafios levantados por alterações climáticas e outros fenómenos não-humanos disruptivos são-nos apresentados.

O segundo texto incluído, da autoria de Afonso Soares de Sousa, recebe o título de “Salvaguardar as florestas régias: os oficiais periféricos e gestão dos recursos naturais no

Portugal medieval”, apresentando não só os diversos oficiais régios responsáveis pela conservação de florestas e espécies animais – sobretudo com interesse cinegético –, mas também a evolução desses cargos ao longo dos primeiros séculos do reino português. Demonstra que a preocupação do uso (que hoje designaríamos como) sustentável, motivado pela consciência da finitude dos recursos naturais e pela necessidade que todos têm deles, podia ser aliada ao uso de monopólios e privilégios régios para efetivar o poder do rei sobre o território que constituía o seu reino, demonstrando de uma forma literal o domínio do rei e da lei sobre cada árvore, animal e pedaço de solo, e não apenas sobre os indivíduos que constituíam o corpo de súbditos do reino. Recorrendo sobretudo a fontes produzidas pela Coroa, são estudados os oficiais, os ofícios e os testemunhos do exercício dessas funções que ainda nos é possível recuperar.

Intimamente relacionado, mas construído a partir de fontes do *lado oposto*, o artigo de André Madruga Coelho, “Os recursos naturais como instrumentos de domínio e negociação no Alentejo do século XV”, recorre a capítulos de Cortes, as reuniões parlamentares do Portugal medieval, demonstrando como o rei e outros senhores utilizavam o acesso a recursos concretos – lenha, palha, animais de caça, entre outros – como forma de exercerem poder, mas também como elemento de negociação numa balança que nem sempre se revelava tão desequilibrada como se poderia imaginar. Além do conhecimento dos processos e conflitos políticos locais provocados ou resolvidos pelo acesso e manutenção de recursos naturais, é-nos aberta uma janela sobre os principais recursos, sobre as necessidades das populações locais e sobre a sua integração com o meio.

Por fim, o artigo de Igor Salomão Teixeira, intitulado “Como um rei governa um território em disputa? A Sicília, entre angevinos e aragoneses, 1282-1302”, é dedicado à construção jurídica da “expectativa de ação” do rei, que seria entendida como o mecanismo fundamental de legitimação de um monarca, e como falhar essa expectativa *justifica* a deposição de um monarca e a sua substituição por outro indivíduo que corrigisse os desvios de justiça. Recorrendo a um conjunto muito relevante de fontes cronísticas, epistolográficas e diplomáticas relacionadas com a chamadas Vésperas Sicilianas, oferecemos um olhar distinto sobre “ter e poder”, sobre o exercício do poder régio sobre um território, mas também sobre o desenvolvimento progressivo de uma cultura jurídica que reconhece limitações a esse poder e uma subordinação à lei, garantida pela vigilância dos súbditos e das instituições do reino.

Terminamos com convites: à leitura dos artigos que compõem o dossier, à adesão à NEMUS e restantes redes mencionadas, ao contato com os autores, à investigação, ao debate e à produção de conhecimento sobre o tema.